

UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS PERCURSOS ACADÊMICOS DOS ESTUDANTES INGRESSANTES NOS CURSOS DA FACC/UFRJ

A PRELIMINARY ANALYSIS OF
THE ACADEMIC TRAJECTORY
OF STUDENTS ENTERING IN THE
COURSES OF THE FACC/UFRJ

Eliane Ribeiro Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0518-4350>
Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade
Federal Fluminense (UFF).
Professora Titular da Faculdade de Administração e
Ciências Contábeis (FACC/UFRJ).
eliane@facc.ufrj.br

Antonio José Barbosa de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8511-1911>
Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Professor da Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis (FACC/UFRJ).
antoniojose@facc.ufrj.br

Maria Cecília de Carvalho Chaves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8559-819X>
Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade
Federal Fluminense (UFF)
Professora Adjunta da Faculdade de Administração e
Ciências Contábeis (FACC/UFRJ).
mceciliachaves@facc.ufrj.br

RESUMO: Este relato de pesquisa descreve os resultados parciais de uma investigação quantitativa, de caráter descritivo e exploratório quanto aos fins; quanto aos meios, bibliográfico, documental e um estudo de caso dos cursos da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC/UFRJ. Este estudo consiste na análise de dados quantitativos para discutir as condições de permanência, desempenho e a trajetória acadêmica dos alunos ingressantes pela ação afirmativa (AA) na FACC/UFRJ, em comparação com os alunos da Ampla Concorrência (AC). As AA se distinguem, sobretudo, pelo seu caráter específico, reservando vagas para alunos de escolas públicas, negros, dentre outros grupos, ou seja, buscando a democratização do acesso ao ensino superior, considerando nossas desigualdades sociais. O estudo visa efetuar, num primeiro momento, uma análise comparativa entre os alunos ingressantes no ano de 2014 pela AA e aqueles que ingressaram pela AC nos referidos cursos. Pretende-se estabelecer dados comparativos entre taxas de permanência e os coeficientes de rendimento acadêmico dos alunos das duas modalidades de acesso. Os dados oferecem parâmetros para a aferição de alguns impactos decorrentes da Lei de Cotas e o referencial teórico em que o estudo está ancorado. Os resultados preliminares apontam que não há discrepância entre os índices de permanência e evasão, bem como entre os índices de coeficiente de rendimento acadêmico de cotistas e não cotistas.

PALAVRAS-CHAVE: Percurso Acadêmico. Ações Afirmativas. Universidade.

ABSTRACT: This research report describes the partial results of a quantitative investigation, of a descriptive and exploratory character, as for the ends; as for the means, bibliographic, documentary and a case study of the courses of the Faculty of Administration and Accounting Sciences - FACC / UFRJ. This study consists of the analysis of quantitative data in order to discuss the conditions of permanence, performance and the academic trajectory of students entering through Affirmative Action (AA) in the courses of FACC / UFRJ, compared to students Broad Competition (BC). AA are distinguished above all by their specific character, reserving places for students of public schools, blacks, among other groups, that is, seeking the democratization of access to higher education, considering our social inequalities. At first, the study aims to carry out a comparative analysis between students entering the year 2014 by AA and those who entered by BC in the referred courses. It is intended to establish comparative data between permanence rates and the academic performance coefficients of students in both types of access. The data provides parameters for measuring some impacts resulting from the Quota Law and the theoretical framework on which the study is based. The preliminary results show that there is no discrepancy between the permanence and dropout rates, as well as between the indexes of academic performance of quota and non-quota students.

KEYWORDS: Academic Trajectory. Affirmative Actions. University.

1 Introdução

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são importantes centros de produção de conhecimento brasileiros. A dinâmica de seu funcionamento sofre influência das políticas públicas adotadas no país, tanto no que diz respeito ao repasse financeiro necessário à sua manutenção e desenvolvimento, quanto às formas de ingresso de seus estudantes. Desde o início da década, ações afirmativas têm sido implantadas no ensino superior, visando tornar seu acesso mais inclusivo. Tais ações visam a diversificação de culturas e a ampliação da representatividade dos grupos minoritários (SOUZA e BRANDALISE, 2016).

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a implantação das ações afirmativas se deu a partir de 2012, quando, considerando o estabelecido na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (“Lei de Cotas”), o Conselho Universitário aprovou a Resolução CONSUNI nº 18/2012, definindo o percentual de vagas em 30% e 50%, respectivamente, para o ingresso nos anos de 2013 e 2014, para os candidatos oriundos de escola pública. Com isso, adequou o critério de renda ao estabelecido na referida Lei (renda familiar igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita).

Na contramão do acesso ao ensino superior está a evasão do sistema, um problema que tem afligido as graduações de todo o país. Estudos sobre o sucesso e insucesso acadêmico e sobre as trajetórias estudantis têm sido tratados com maior profundidade na literatura (COSTA, LOPES e CAETANO, 2014; MENDES, CAETANO e FERREIRA, 2016; SANTOS, VASCONCELOS e SAMPAIO, 2017; HERINGER, 2018), pois retenção e abandono implicam em perdas sociais, acadêmicas e econômicas.

Magalhães e Menezes (2015, p. 46) colocam que: “É inegável que tais políticas representam importante instrumento na democratização do acesso à educação superior pública”, destacando os progressivos avanços na ampliação da presença de pessoas oriundas de grupos historicamente excluídos no espaço universitário. O processo de implantação dessa lei seguiu um caminho com muitos embates e

conflitos, colocados pelas autoras da seguinte forma:

No contexto das universidades públicas, o surgimento dessa política vem promovendo um confronto entre uma histórica seletividade no acesso à educação superior e a exigência, por parte de diversos segmentos sociais, de igualdade de oportunidade para as classes menos favorecidas social e economicamente (MAGALHÃES e MENEZES, 2015, p. 46).

Ao longo do tempo, acabou por se tornar uma política consolidada no que se refere ao ingresso no ensino superior público. No entanto, após mais de uma década da implementação das AA nas universidades, ainda persistem os desafios da retenção, permanência qualificada e conclusão com sucesso dos percursos universitários dos estudantes beneficiados pelas novas políticas de acesso.

A expansão no ensino superior brasileiro, que cresceu cerca de 311% entre 1991 e 2007 (INEP, 2009), amplia a importância da avaliação das políticas adotadas pelas Universidades, de forma a estabelecer elementos capazes de viabilizar a gestão universitária. Costa e Castanhar (2003) destacam que a avaliação visa orientar os gestores na tomada de decisão, o que é corroborado por Ramos e Schabbach (2012) ao indicar que as avaliações são instrumentos para uma busca de melhorias contínuas na qualidade da gestão, no controle e eficiência dos gastos, entre outros.

Considerando a importância dos processos avaliativos em políticas públicas e a importância da discussão acerca do desempenho e da evasão comparada entre cotistas e não cotistas para os gestores públicos, este estudo consiste numa análise comparativa preliminar da trajetória acadêmica dos alunos ingressantes pelas modalidades AC e AA no ano de 2014, nos três cursos de graduação da FACC/UFRJ

A FACC/UFRJ é uma Unidade Acadêmica que possui três cursos de graduação: 1) Administração (ADM), 2) Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) e 3) Ciências Contábeis (CC). Como a Unidade desenvolve suas atividades acadêmicas em dois campi, Praia Vermelha (PV) e Cidade Universitária (CDU), acabam sendo considerados cinco cursos: 1) ADM, 2) CBG PV,

3) CBG CDU, 4) CC PV e 5) CC CDU. A proposta é verificar se existe diferença de desempenho e de evasão entre discentes cotistas e não cotistas de cada um dos cursos da FACC/UFRJ.

O recorte temporal foi estabelecido considerando o fato de que, embora a UFRJ já tivesse adotado medidas de democratização do acesso desde o ano de 2011, foi no processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação para o ano de 2014 que a universidade adequou seus critérios de acesso ao que foi estabelecido na Lei de Cotas, com a reserva de 50% das vagas para as AA.

Esse recorte também possibilitou o acompanhamento da trajetória estudantil, na medida em que a pesquisa se desenvolveu juntamente com a evolução acadêmica dos ingressantes em seus respectivos cursos. Assim, o horizonte temporal desta análise considerou o período de 2014 a 2018, por meio do acompanhamento dos ingressantes do ano de 2014, possibilitando a verificação de padrões da trajetória desses discentes em seus cursos de graduação.

Com os dados obtidos, estatísticas descritivas foram aplicadas de modo a proporcionar uma análise exploratória do comportamento dos ingressantes e fornecer subsídios para o seu acompanhamento. Além disso, os dados levantados servirão de parâmetro para futura investigação qualitativa dos impactos decorrentes da implantação da lei de Cotas, que se encontra em desenvolvimento. O estudo considerou a análise de dados dos níveis de aprovações, as retenções, as desistências e os trancamentos de matrículas.

2 Contextualização da implantação das AA nas Universidades Públicas Brasileiras

O debate sobre a Ação Afirmativa para grupos específicos nas universidades brasileiras é muito recente. Isso se deve ao fato de a educação formal e, principalmente, a educação superior, terem sido historicamente destinadas a poucos, especialmente aos brancos, àqueles pertencentes às classes dominantes, ou, pelo

menos, aos que estivessem inseridos na lógica da acumulação capitalista brasileira (SANTOS JUNIOR, 2016).

A educação superior sempre esteve vinculada à lógica da reprodução social e da manutenção dos padrões de desigualdades sociais e das relações de dominação. A existência de uma população com pouca escolaridade é condição primária para a manutenção de uma sociedade em que predominam as relações de dominação de classe e alguns grupos sociais têm mais privilégios e mais direitos do que outros no acesso aos bens sociais (BERTONCELO, 2016; SALVATO, FERREIRA e DUARTE, 2010).

O tema da reserva de vagas para ingresso nos cursos de graduação nas universidades públicas se inicia, no Brasil, no final da década de 1990, com movimentos sociais, em especial o movimento negro, que teve importante protagonismo nesse debate (DOMINGUES, 2005). Tais movimentos vinham se organizando pela ampliação dos direitos sociais para grupos excluídos, e as reivindicações denunciavam não somente as desigualdades de ordem econômica, mas também as de ordem cultural, racial, de gênero, dentre outras.

Em 2012, foi aprovada a Lei 12.711 de 29 de agosto, que “Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico e nível médio e dá outras providências”, transformando, assim, em política pública, com critérios unificados, as medidas e deliberações que vinham sendo feitas de forma isolada no âmbito das instituições universitárias federais (SANTOS JUNIOR, 2016).

Se, por um lado, a aprovação dessa lei honra duas décadas de lutas dos vários movimentos sociais comprometidos com a democratização da educação superior, por outro, esvazia o debate, especialmente no que se refere às cotas étnico-raciais, ao tomar como parâmetro principal a renda e a realização de toda a vida escolar na rede pública de ensino, relegando o critério étnico-racial a uma condição secundária (SILVA, 2015).

Segundo Oliven (2007, p. 30), o termo Ação Afirmativa engloba uma série

de “políticas públicas para proteger minorias e grupos [...] discriminados no passado”. No Brasil, onde as desigualdades não se restringem ao aspecto econômico, mas abrangem outras esferas como as desigualdades culturais, de gênero, étnicas e raciais, as políticas de Ação Afirmativa, em particular as de recorte racial, se voltam para a ampliação da presença de estudantes pretos, pardos, indígenas e de origem popular no espaço universitário público, e têm sido uma das estratégias de enfrentamento dessas desigualdades (HERINGER e HONORATO, 2014; MAGALHÃES e MENEZES, 2014; OLIVEIRA e MAGALHÃES, 2014).

Nos últimos anos, sobretudo a partir da implantação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), combinado à Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), surgiu uma dupla dimensão que deslocou parte da histórica “zona de conforto” de nossas universidades. A Lei de Cotas, ao reservar 50% das vagas para alunos egressos de escolas públicas, trouxe para as universidades a necessidade de um maior compromisso para com os níveis fundamental e médio da educação pública, historicamente descolados das preocupações da academia.

A universalidade do acesso à educação básica trouxe o desafio da qualidade desejada. Sobre a reserva de 50% das vagas para a escola pública, aplica-se 50% para alunos de classes populares, já que estes devem ser originários de famílias com renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimo. Sobre todas as faixas da reserva de vagas, deve-se ainda aplicar percentuais de reservas com critério racial para pretos, pardos e indígenas, em número equivalente aos dados do último censo do IBGE em cada localidade (SILVA, 2015).

Ou seja, além de alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, a universidade precisa se preparar para receber – e formar – alunos de diversas partes do país (já que o Sisu favorece a mobilidade pelo território na concorrência pelas vagas), e com os mais diversos históricos de vida e capital cultural. Assim, a tríade ENEM/Sisu/Lei de Cotas vem impondo desafios aos gestores e à organização do sistema universitário para a inclusão qualitativa desse novo perfil de estudante que vem ingressando nas universidades.

No entanto, a ampliação do acesso sem a necessária correspondência no atendimento às condições para a permanência, formação acadêmica e para a conclusão da graduação dos estudantes oriundos dos segmentos mais desfavoráveis econômica e culturalmente da sociedade, fará com que, a médio e longo prazo, tais estudantes se tornem os “excluídos do interior” (BOURDIEU, 2010).

Cabe ressaltar que mesmo anteriormente à aprovação das primeiras medidas de ação afirmativa para reserva de vagas nos cursos de graduação, já se verificava, nas universidades públicas, o ingresso de estudantes oriundos de famílias de baixa renda. Entretanto, a presença desse segmento se dava, prioritariamente, em cursos de baixo prestígio social (SOARES, 2014, p.124), o que evidencia uma seletividade na escolha dos cursos por parte das pessoas com esse perfil socioeconômico.

Há uma grande heterogeneidade entre os estudantes nas universidades públicas brasileiras. Considerar que as universidades públicas só atendem aos estudantes privilegiados, que estudaram somente em escolas particulares durante o ensino médio, é uma falsa ideia, que não se sustenta na análise dos números apresentados por diversas instituições e entidades que se dedicam aos estudos da educação superior no Brasil (INEP, 2017).

Ademais, as realidades vivenciadas pelos diferentes cursos nas universidades são bastante distintas, a depender da “tradição” ou da valorização social das carreiras. Há uma constante preocupação dos estudantes em relação aos “excluídos do interior”, o que faz com que algumas carreiras sejam escolhidas a partir de critérios estabelecidos num julgamento das condições que podem garantir sua permanência na universidade, tanto no aspecto material quanto simbólico. Nessa perspectiva, a reserva de vagas obrigatória em todos os cursos altera o perfil dos ingressantes, principalmente nos de alta demanda e prestígio, gerando neles um impacto maior do que naqueles cursos que historicamente foram “destinados” aos estudantes com perfil socioeconômico mais desfavorável.

É importante que a implantação das Políticas Públicas se dê de forma associada a uma política de avaliação periódica, de forma a identificar elementos

que possibilitem a constante alimentação do sistema, de forma a garantir sua eficácia e continuidade diante das transformações do ambiente em que se inserem. A evasão é um grave problema no sistema educacional, que precisa ser acompanhado.

Estudos sobre a evasão apresentam conceituações distintas, mas todos concordam que sua ocorrência traz prejuízos acadêmicos e econômicos. Morosini et al. (2012) aponta a existência de poucos estudos quantitativos sobre o assunto. Para Ristoff (1995), evasão é o abandono dos estudos, e a troca para outro curso é vista pelo autor como mobilidade, e não como evasão.

No que tange aos motivos para a evasão, diversos autores (DARIO e NUNES, 2017; RIOS, 2016; MOROSINI et al., 2012; CASTRO e MALACARNE, 2011) apontam causas distintas, sendo necessário um olhar que considere as especificidades de cada curso, cuja discussão não faz parte desta etapa do estudo. A Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL, 1996, p. 15) definiu a evasão como “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”.

A comissão faz, ainda, outras considerações sobre o assunto, diferenciando evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema, que não serão abordadas por não fazerem parte do escopo deste estudo. Silva Filho et al. (2009) aponta uma importante questão a ser considerada: o grande risco de evasão nos períodos iniciais, onde a adequação do aluno às especificidades do curso ainda é precoce.

Neste estudo, conforme apresentado na metodologia, considerou-se evasão o desligamento definitivo do discente de seu curso de origem, seja a partir de um pedido de cancelamento, da transferência de curso, ou do cancelamento automático da matrícula.

3 Trajetória acadêmica nos cursos da FACC/UFRJ

Os cursos de graduação das Universidades são organizados segundo um Projeto Político Pedagógico, que define as diretrizes para a formação do estudante,

considerando objetivos, metas e atividades pedagógicas, que determinam o caminho a ser trilhado para a conclusão de seu curso. Dessa forma, ao ingressar no ensino superior, o estudante encontra uma trajetória predefinida a ser seguida, que possui certa flexibilidade e que, ao final, levará à conquista do sucesso, representado pela conclusão de seu curso.

Compete destacar que alguns autores apontam a falta de flexibilidade dos currículos como um fator para a evasão dos discentes (MOROSINI et al., 2011; SILVA FILHO et al., 2009). Durante esse percurso, é possível identificar a situação desse aluno, considerando sua posição em relação ao itinerário previsto: permanência, desistência e conclusão.

Durante a permanência dos estudantes, é possível investigar o seu percurso, o cumprimento das cargas horárias esperadas, identificando, inclusive, elementos para melhoria e retroalimentação dos currículos propostos. A investigação sobre as razões das desistências, que definem a evasão, a ser feita em etapa posterior a esta investigação permitirá uma melhor compreensão das diferentes questões ligadas ao insucesso no ensino superior, na FACC/UFRJ, que, juntamente com a conclusão, representam o término da relação desse estudante com o seu curso.

A análise da situação de vínculo dos estudantes da FACC/UFRJ servirá de base para a discussão sobre a sua trajetória acadêmica na instituição. Neste estudo não foram analisados os alunos com matrícula trancada e transferidos para outro curso da mesma instituição porque a investigação realizada considerou apenas a trajetória do discente no que se refere à sua entrada e saída da Unidade, sem considerar as formas de saída.

Assim, o aluno com matrícula trancada, mas que estava com matrícula em situação regular, foi considerado apenas como regular, uma vez que ele ainda pode retornar ao curso, mesmo que isso implique em ter seu tempo de conclusão aumentado, caracterizando uma situação de retenção. Alunos que fizeram transferência de curso foram considerados como evadidos do curso de origem.

A trajetória acadêmica de cada um dos ingressantes precisa considerar as

especificidades dos cinco cursos que constituem a FACC/UFRJ. O Quadro 1 apresenta dados sobre o ingresso dos estudantes na Unidade no ano de 2014 (valores absolutos):

Quadro 1 - Ingresso nos cursos da FACC/UFRJ, por campus e modalidade de ingresso.

Alunos	Ingressantes AC			Ingressantes AA			Duração recomendada	Prazo Máximo		
	Nº de alunos								Nº semestres	
	2014/1	2014/2	2014	2014/1	2014/2	2014				
Administração – Praia Vermelha	62	68	130	40	40	80	9	14		
Biblioteconomia – Praia Vermelha	22	-	22	20	-	20	8	12		
Biblioteconomia – Cidade Universitária	-	24	24	-	25	25	8	12		
Ciências Contábeis – Praia Vermelha	58	42	100	45	47	92	9	14		
Ciências Contábeis – Cidade Universitária	-	29	29	-	24	24	9	14		

Fonte: Elaboração pelos autores, com base em dados extraídos do SIGA/URRJ

Note-se que, conforme ilustrado no Quadro 1, nos cursos que fizeram expansão para a Cidade Universitária há apenas uma entrada anual. No Curso de Ciências Contábeis da Cidade Universitária a entrada de alunos acontece no segundo período letivo; já no curso de Biblioteconomia há uma entrada por ano em cada campus, sendo no primeiro semestre na Praia Vermelha e no segundo semestre letivo na Cidade Universitária.

3 Metodologia

Considerando a natureza da investigação, quanto aos fins, o estudo pode ser classificado como descritivo e exploratório, na medida em que investiga as condições de acesso e permanência nos cursos de graduação da FACC/UFRJ, bem como fatores que impactam na trajetória acadêmica do estudante.

Quanto aos meios, utiliza-se a pesquisa bibliográfica através da revisão de literatura disponível sobre o tema, para estabelecer a base teórica da pesquisa; pesquisa documental e estudo de caso, que se desenvolve a partir da análise de dados do cadastro de alunos ingressantes na FACC/UFRJ no ano de 2014, no período de 2014 a 2018, com abordagem quantitativa.

Na etapa seguinte da investigação será realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, com vistas a obter uma maior compreensão das questões envolvidas no objeto de estudo. A etapa quantitativa do trabalho é desenvolvida a partir do levantamento dos dados primários dos estudantes, disponibilizados pelo setor responsável pelo acesso do estudante à universidade e pelo setor de registro dos estudantes matriculados.

As listagens são processadas globalmente e, em seguida, de forma a segmentar os dados de acordo com as variáveis de interesse no primeiro momento: curso e forma de acesso – ampla concorrência, e no caso de reserva de vagas, separa-se, ainda, por modalidade de ação afirmativa. Concomitantemente, é feito um levantamento individual da trajetória acadêmica de cada estudante através do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da UFRJ (SIGA), consultando seus Boletins e Histórico Escolar.

A coleta de dados individuais dos alunos possibilitou a compilação de uma base de dados capaz de dar precisão à informação de forma individualizada, além de ampliar as possibilidades de análises. A dimensão quantitativa da pesquisa fornece elementos norteadores para as investigações qualitativas a serem desenvolvidas na etapa seguinte, que possibilitarão uma maior compreensão dos aspectos envolvidos na trajetória acadêmica do estudante.

A etapa qualitativa evidenciará as razões e motivações que propiciam a retenção ou evasão dos cursos de graduação da FACC/UFRJ, além das opiniões e expectativas do corpo discente com relação ao ensino superior, no geral, e à FACC, em particular. Finalmente, deve-se destacar que, no período considerado na presente pesquisa, ocorriam as seguintes modalidades de acesso:

COTA 1 – alunos com perfil de escola pública + raça + renda.

COTA 2 – alunos com perfil de escola pública + renda.

COTA 3 – alunos escola pública + raça.

COTA 4 – alunos escola pública.

AMPLA CONCORRÊNCIA (AA) – estudantes que prestaram ENEM e não pertençam a nenhuma das modalidades acima e estudantes oriundos de editais próprios, critérios específicos a serem usados em outras modalidades de acesso, tais como Transferência Externa Facultativa, Transferência Externa Especial, Isenção de Concurso de Acesso e Reingresso Especial, para o preenchimento de vagas ociosas ou não ocupadas no Concurso de Acesso aos Cursos de Graduação.

De acordo com a situação acadêmica, os discentes foram agregados para o desenvolvimento da análise da seguinte forma: REGULAR – alunos regulares e com matrícula trancada (ATIVOS); EVADIDO – alunos que abandonaram ou desistiram do curso, incluindo os que se transferiram ou realizaram troca de curso; CONCLUINTE – alunos formados. Não foram identificados alunos jubilados ou falecidos na amostra do estudo.

A análise de dados foi realizada por meio do software Excel, com o uso da estatística descritiva, considerando-se a confiabilidade dos dados fornecidos pelo sistema acadêmico da Universidade – SIGA, que controla todo o fluxo de alunos da Universidade.

4 Análise de dados

Analisar a trajetória acadêmica na educação superior requer um olhar para as especificidades do caminho a ser trilhado por cada estudante, pois o ensino superior “apresenta uma diversidade na organização dos cursos (periodicidade, carga horária, prazo mínimo de integralização, turno, etc.) e nos critérios de aproveitamento de estudos, progressão e conclusão que não correspondem, necessariamente, à progressão por séries/etapas” (INEP, 2017).

Assim, essa pesquisa, além da análise global de dados, desenvolve um olhar individualizado aos discentes que compõem a população de estudo. Inicialmente, analisou-se a Unidade Acadêmica como um todo. O Quadro 2 apresenta, em valores absolutos e percentuais, o total de ingressantes, os evadidos, os com matrícula regular e o total de alunos que ingressaram em 2014 e concluíram a graduação na FACC. O quadro apresenta, ainda, os dados relativos à Ampla Concorrência (AC) e à Ação Afirmativa (AA).

Quadro 2 - Total de alunos ingressantes, evadidos e concluintes na FACC e por modalidade de acesso.

	Entrada (2014)	Regular		Evadido		Concluinte	
	Valor Absoluto	Valor Absoluto	(%)	Valor Absoluto	(%)	Valor Absoluto	(%)
FACC	546	275	50,4%	213	39%	58	10,6%
AC	305	135	44,3%	136	44,6%	34	11,1%
AA	241	140	58,1%	77	32%	24	10%

Fonte: Elabordo pelos autores, com base em dados extraídos do SIGA/URRJ

A análise dos dados do Quadro 2 não permite identificar diferenças significativas entre os concluintes da FACC por modalidade de acesso, mas o percentual é bastante reduzido. Considerando os dados globais, a evasão dos alunos não cotistas é superior à dos cotistas. Mesmo entendendo a importância de se investigar as especificidades de cada curso, destacada por Gilioli (2016), este resultado corrobora os

estudos de Cardoso (2008) na Universidade de Brasília (UNB) e de Mendes Junior (2013) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O período analisado corresponde ao período de integralização recomendado por cada um dos cursos da FACC, respeitando suas respectivas datas de início. Assim, todos os alunos investigados já teriam condição de ter concluído o curso. O aluno com status de regular representa um aluno retido no curso, pois já apresenta uma permanência prolongada, superior à considerada ideal para a integralização.

O Quadro 3 apresenta o percentual total de alunos regulares, evadidos e concluintes para cada uma das graduações. Como os cursos da Cidade Universitária têm apenas uma entrada anual, os cursos da Praia Vermelha foram apresentados por entrada (semestre 1 e semestre 2). Esses valores consideram a trajetória de cada um dos estudantes, findo seus respectivos períodos de integralização.

Quadro 3 - Comparativo dos alunos regulares e evadidos por curso

	REGULARES	EVADIDOS	CONCLUINTE
ADM – Semestre 1	38,2%	51%	10,8%
ADM – Semestre 2	59,3%	37%	3,7%
CONTABILIDADE-PV – Semestre 1	41,7%	46,6%	11,7%
CONTABILIDADE-PV – Semestre 2	67,4%	23,6%	9%
CONTABILIDADE – CIDADE UNIV	56,6%	37,7%	5,7%
BIBLIOTECONOMIA – PV	16,7%	47,6%	35,7%
BIBLIOTECONOMIA – CIDADE UNIV	65,3%	24,5%	10,2%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados extraídos do SIGA/URRJ

O Quadro 3 apresenta, portanto, um resumo do comportamento discente no que diz respeito à retenção e evasão geral em cada um dos cursos da FACC. Numa observação preliminar, pode-se notar que, no período observado, os ingressantes no 1º semestre letivo apresentaram um índice maior de evasão; por outro lado, os ingressantes no 2º semestre demoram mais para concluir o curso, o que configura uma situação de retenção.

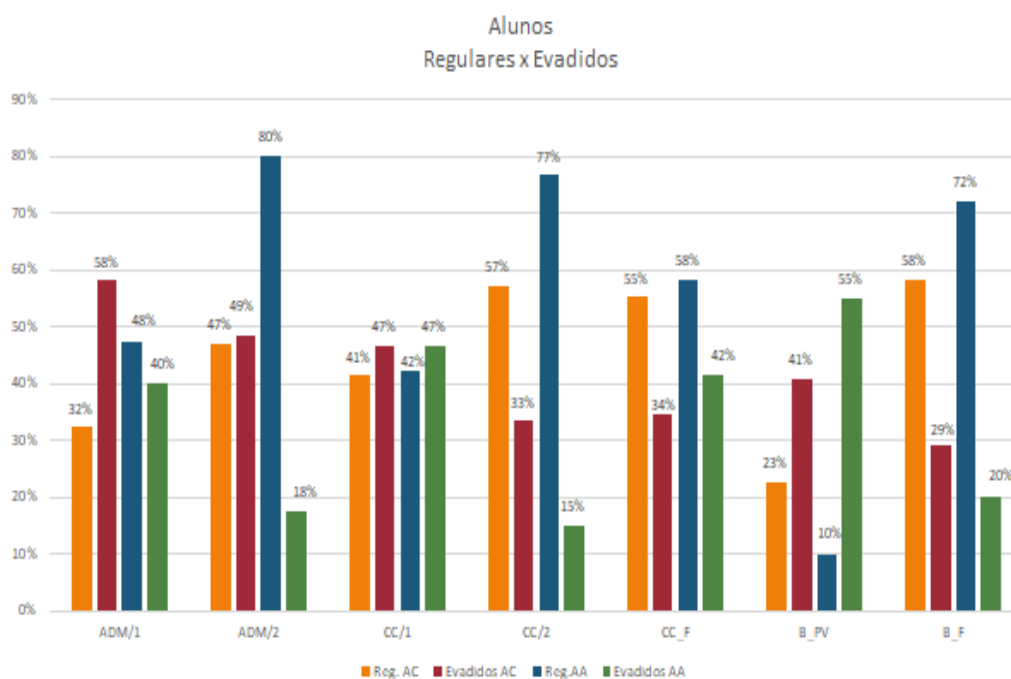
Como mencionado, ao se investigar o momento de afastamento do curso, é possível identificar que a grande maioria dos estudantes que abandona o curso o

faz principalmente nos dois primeiros períodos do mesmo, corroborando o estudo realizado por Gilioli (2016, p. 49), que aponta variação da incidência de evasão conforme a fase do curso, sendo maior no primeiro ano; por Coulon (2008), sobre o processo de afiliação, bem como pela investigação sobre percursos de estudantes, empreendida por Costa e outros (2014).

Este fato indica a necessidade de uma atuação direta junto aos alunos “ca-louros”, no sentido de contribuir com sua adaptação ao ensino superior. Merecerá atenção especial, ainda, estudos que observem os impactos do SiSU na oferta de vagas nas diferentes universidades públicas.

O Gráfico 1 ilustra a evasão, no período estudado, por modalidade de ingresso na FACC. É possível perceber que, independentemente da modalidade, os percentuais de evasão são muito elevados.

Gráfico 1 - Comparação entre alunos regulares e evadidos das AA e CC, por cursos da FACC/UFRJ



Fonte: Elabordo pelos autores, valores arredondados para inteiro.

Os elevados percentuais de evasão podem ter sido influenciados por diferentes fatores a serem melhor analisados na etapa qualitativa deste estudo. Nas principais hipóteses usualmente consideradas, há fatores externos e internos que incidem sobre a evasão, retenção e insucesso acadêmico (COSTA, LOPES e CAETANO, 2014; MENDES, CAETANO e FERREIRA, 2016).

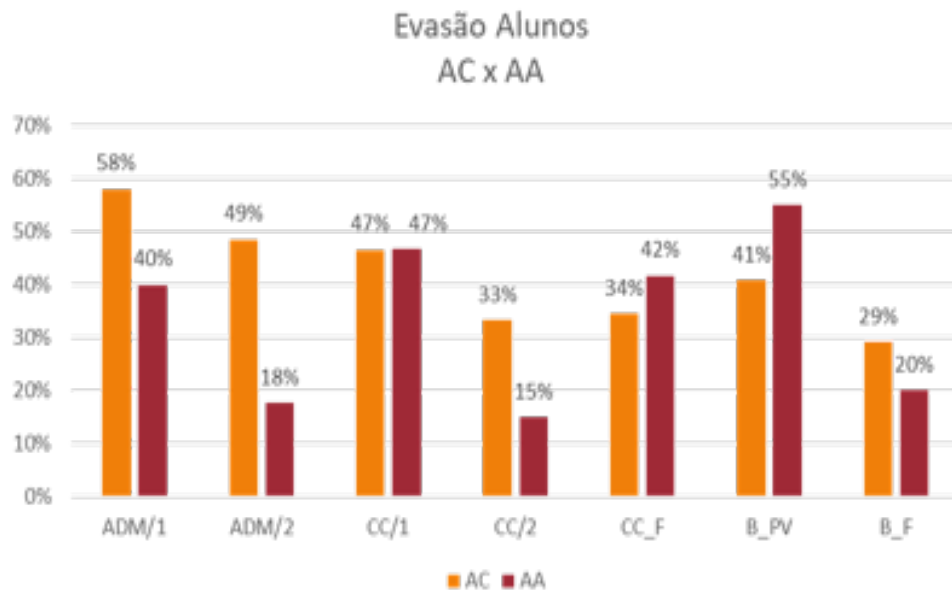
Dentre os fatores internos, os mais destacados são: má atuação do corpo docente, assistência socioeducacional deficitária e falta de monitoria. Dentre os fatores externos pode-se citar: falha orientação educacional, imaturidade, curso de segunda opção, dificuldade escolar, entre outros.

Coulon (2008) investiga a adaptação do novo aluno ao mundo universitário discutindo hipóteses sobre esse processo de afiliação estudantil sob duas dimensões: afiliação intelectual e afiliação institucional. Segundo sua análise, esse fenômeno ocorre em três tempos, que compõem o processo que pode culminar na afiliação estudantil: tempo do estranhamento, tempo da aprendizagem e tempo da afiliação. Para o autor, a consolidação desse processo é crucial para a manutenção da condição de estudante dos jovens em instituições de ensino superior. Tais aspectos serão investigados na etapa qualitativa deste estudo.

O Gráfico 2 apresenta dados comparativos da evasão dos alunos da AC e da AF, enquanto o Gráfico 3 ilustra a evasão de cada um dos subgrupos da AF e dos alunos da AC. Como esperado, a análise do Gráfico 2 não permite estabelecer um padrão claro da evasão ao serem comparados o comportamento dos ingressantes através da AC ou das AF, tendo em vista as especificidades de cada curso (GILIOLI, 2016).

Ao analisar os cursos e campi separadamente, é possível notar uma evasão maior entre os estudantes não cotistas (ingressantes pela ampla concorrência – AC), o que corrobora os estudos de Dias, Theóphilo e Lopes (2010) e Mendes Junior (2013). Todavia, nos cursos de Ciências Contábeis da Cidade Universitária e de Biblioteconomia da Praia Vermelha, tal fato não se reproduz, ratificando a necessidade de se dedicar um olhar mais cuidadoso para esta questão quando da realização da etapa qualitativa do estudo.

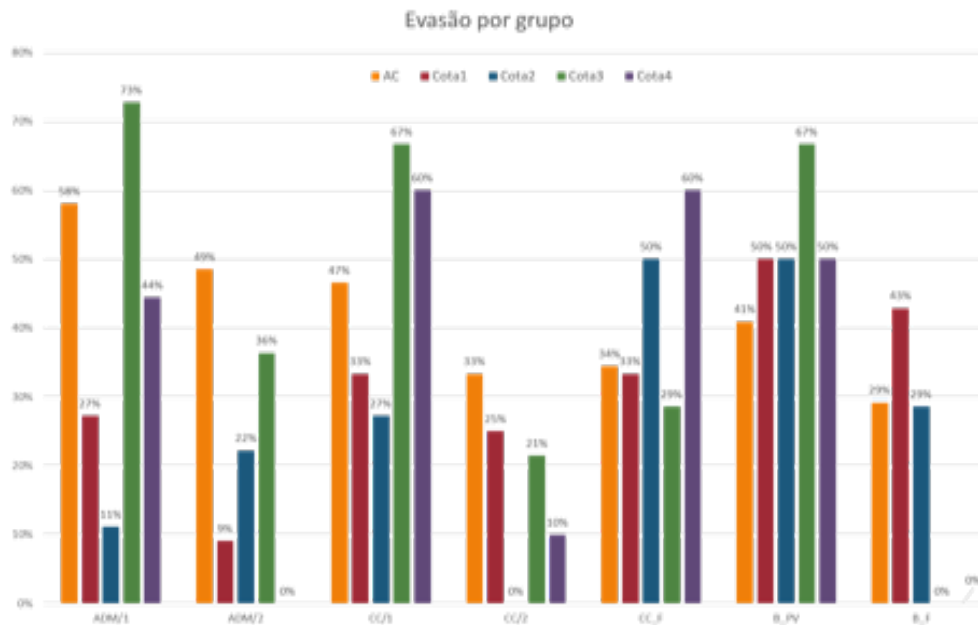
Gráfico 2 - Comparação entre evasão de alunos das AA e AC, por cursos da FACC/UFRJ



Fonte: Elabordo pelos autores, valores arredondados para inteiro.

Ao se analisar a evasão entre os ingressantes pelos diferentes tipos de AA, o Gráfico 3, apresentado a seguir, ilustra que, nos cursos da FACC oferecidos na Praia Vermelha (PV), o maior percentual de evasão ocorre entre os que ingressaram através da COTA 3 – alunos escola pública + raça, o que corrobora o estudo de Dario e Nunes (2017). Por outro lado, nos cursos oferecidos na Cidade Universitária o maior percentual de evasão quase sempre ocorre entre os ingressantes através da COTA 2 – alunos com perfil de escola pública + renda, exceção ocorrendo no curso de Biblioteconomia.

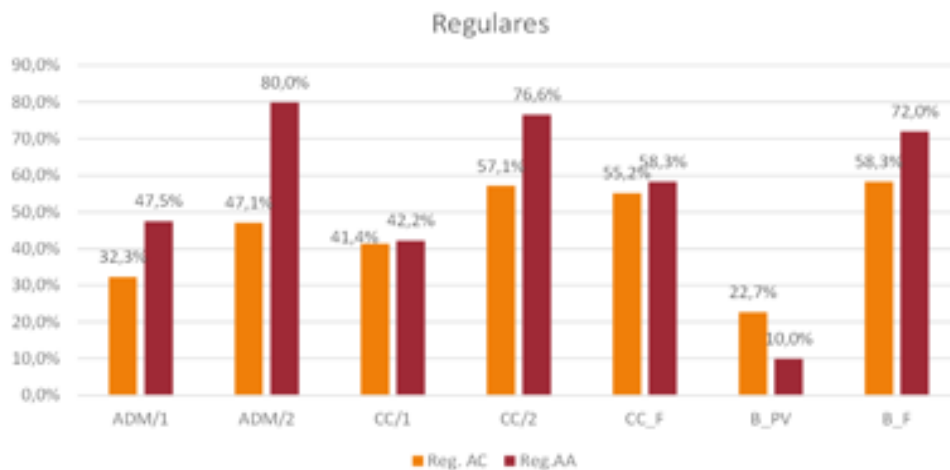
Gráfico 3 - Comparação entre evasão de alunos de cada uma das AA e AC, por cursos da FACC/UFRJ



Fonte: Elabordo pelos autores, valores arredondados para inteiro.

Por fim, o Gráfico 4 apresenta uma comparação entre o comportamento dos alunos com matrícula regular que ingressaram por AA ou pela AC. Como o estudo foi realizado com ingressantes que já poderiam ter concluído seus cursos, o elevado número de alunos com matrícula regular trata, na verdade, de alunos retidos nos cursos. Na FACC, no período analisado, tal retenção é maior entre os ingressantes por AA, com exceção do curso de Biblioteconomia da Praia Vermelha, possivelmente porque, devido ao horário do curso, muitos alunos do Curso de Biblioteconomia migram da Praia Vermelha para a Cidade Universitária para concluir seus cursos. Esse resultado era esperado, tendo em vista a maior evasão identificada entre os ingressantes por AC.

Gráfico 4 - Comparação entre alunos regulares das AA e AC, por cursos da FACC/UFRJ



Fonte: Elabordo pelos autores, valores arredondados para inteiro.

Destaque-se que, apesar de os resultados apresentados neste estudo serem preliminares, necessitando ser mais aprofundados a fim de permitir sua generalização, servem como indicativos dos caminhos a serem trilhados no enfrentamento do problema da evasão nas universidades públicas e, particularmente, nos cursos da FACC.

Efetuuou-se, também, a análise do desempenho dos discentes ingressantes em 2014 na Unidade, a fim de verificar possíveis diferenças no desempenho de estudantes cotistas e não cotistas. Para tanto foi considerado o Coeficiente de Rendimento Acumulado (CRA) de cada aluno da amostra, que realiza a média ponderada dos graus obtidos pelo discente nas disciplinas cursadas ao longo de seu curso. Corroborando o estudo de Bezerra e Gurgel (2012), a análise não apontou diferenças significativas entre ingressantes pelas AA e AC em nenhum dos cursos, conforme ilustrado no Quadro 4.

Quadro 4 - Comparação entre o desempenho acadêmico dos alunos regulares das AA e AC, nos cursos da FACC/UFRJ

	ADM		BIBLIO PV		BIBLIO CDU		CC PV		CC CDU	
	CONC	REG	CONC	REG	CONC	REG	CONC	REG	CONC	REG
COTISTA	7,7	6,7	8,6	7,5	8,9	7,3	8,3	6,7	6,8	6,9
AMPLA	7,8	6,5	8,8	8,1	8,6	7,0	8,1	6,7	7,1	6,4

Fonte: Elabordo pelos autores com base em dados extraídos do SIGA/UFRJ

Além da etapa qualitativa, é preciso destacar que outras análises estão em andamento para aprofundar a discussão do tema, de forma a evidenciar as múltiplas razões da evasão, bem como a problemática da retenção, independentemente da forma de acesso.

5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo investigar o desempenho acadêmico e a evasão dos alunos ingressantes pelas Ações Afirmativas (AA) e pela Ampla Concorrência (AC) na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ, no período compreendido entre 2014 e 2018. Efetuou-se o acompanhamento dos ingressantes no ano de 2014, de forma a possibilitar o acompanhamento da trajetória desses discentes em seus cursos de graduação. A escolha do recorte temporal deveu-se ao fato de que, no ano de 2014, a UFRJ adequou seus critérios de acesso ao que foi estabelecido na Lei de Cotas, com a reserva de 50% das vagas para as AA.

Analisar a trajetória acadêmica na educação superior requer um olhar para as especificidades do caminho a ser trilhado por cada estudante, cada curso e a realidade envolvida. Assim, para estabelecer um padrão claro da evasão, deve ser efetuada uma análise mais profunda do comportamento dos ingressantes através da AC ou das AF, tendo em vista as especificidades envolvidas na questão (GILIOLI, 2016; INEP, 2017).

Neste trabalho, os resultados sugerem a existência de algumas diferenças entre

os grupos ingressantes pelas AA e pela AC, uma vez que, ao analisar os cursos e campi separadamente, é possível notar uma evasão maior entre os estudantes não cotistas (ingressantes pela ampla concorrência – AC), o que corrobora os estudos de Dias, Theóphilo e Lopes (2010) e Mendes Junior (2013) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Todavia, nos cursos de Ciências Contábeis da Cidade Universitária e de Biblioteconomia da Praia Vermelha, tal fato não se reproduz, ratificando a necessidade de se dedicar um olhar mais cuidadoso para esta questão quando da realização da etapa qualitativa do estudo.

Conforme ressaltado por Gilioli (2016) em seu estudo sobre a evasão nas instituições de ensino superior, pode-se notar que, no período observado, os ingressantes no 1º semestre letivo apresentaram um índice maior de evasão. Por sua vez, os ingressantes no 2º semestre demoram mais para concluir o curso, configurando uma situação de retenção, aspecto importante a ser considerado em estudo futuro, já que também envolve perdas acadêmicas e econômicas.

Os resultados apontam para algumas assertivas preliminares; no entanto, não esgotam as análises que deverão se desdobrar em futuros trabalhos com perspectivas focais mais definidas. Além das especificidades de cada curso, é preciso ampliar o olhar sobre a trajetória dos estudantes e os fatores envolvidos na sua evasão e retenção.

Em estudos futuros, além da etapa qualitativa prevista, sugere-se, também, que a investigação envolva outros períodos de entrada, ampliando a amostra utilizada, de forma a efetuar correlações com os resultados obtidos e identificar elementos que possibilitem a realização de análises melhor fundamentadas que contribuam para a construção do conhecimento e a definição de metodologias de trabalho que possibilitem a compreensão dos fenômenos envolvidos na trajetória acadêmica de estudantes do ensino superior.

A análise do desempenho do público investigado considerou o Coeficiente de Rendimento Acumulado (CRA) de cada aluno da amostra, não encontrando

diferenças significativas entre ingressantes pelas AA e AC em nenhum dos cursos, o que corrobora o estudo de Bezerra e Gurgel (2012).

A despeito do fato de que as recentes políticas de democratização do acesso representam um cenário positivo de ampliação das oportunidades sociais, a gestão universitária ainda precisa enfrentar outros desafios que acompanham a expansão do acesso, a trajetória acadêmica e as condições de permanência do estudante.

Finalmente, os resultados apresentados no estudo, apesar de preliminares, sinalizam para uma situação que precisa ser analisada com cuidado, evitando quaisquer perspectivas generalizantes e conclusivas. No entanto, apontam para a necessidade de aprofundamento dos estudos que evidenciem não somente as múltiplas razões da evasão, como também as que foquem a problemática da retenção, independentemente da forma de acesso. Estudos sequenciais precisam ser feitos para que se tenha uma visão processual, nos anos seguintes, dos dados que nos permitam chegar a conclusões mais embasadas sobre esta nova realidade vivenciada pelas instituições.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996. 35 p.

BERTONCELO, E. Classes Sociais, Cultura e Educação. **Novos estudos**, São Paulo, v.35, n.1, p.159-175, 2016.

BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. R. M. A Política Pública de Cotas em Universidades, enquanto Instrumento de Inclusão Social. **Revista Pensamento e Realidade**, v.27, n.2, p.95-117, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/12650>. Acesso em: 30 set. 2020.

BOURDIEU, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M.A., CATANI, A. (org). **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CARDOSO, C. B. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília**: uma análise do rendimento e da evasão. Março 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

CASTRO, L. P.V. de; MALACARNE, V. Conceituando a evasão escolar no Brasil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA (EPCC), 7, 2011, Maringá. **Anais[...]**. Maringá, CESUMAR, 2011. Disponível em http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/luciana_paula_vieira_castro1.pdf. Acesso em 14 jun. 2019.

COSTA, A.F.; LOPES, J.T.; CAETANO, A. (Orgs.) **Percursos de estudantes no ensino superior. Fatores e processos de sucesso e insucesso.** Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2014.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

COULON, A. **A condição de estudante.** A entrada na vida universitária. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

DARIO, A. B.; NUNES, R. da S. Avaliação de cotistas e não cotistas: uma análise do desempenho acadêmico e da evasão em um curso de graduação em administração. In: 3º SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (AVALIES). Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179305/101_00758%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 mar. 2020.

DIAS, E. C. M.; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. A. S. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – MG. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 7., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Êxito, 2010.

DOMINGUES, P. Ações Afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 29, p. 164-176, 2005.

GILIOLI, R. S. P. Evasão em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios. 2016. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2016_7371_evasao-em-instituicoes-de-ensino-superior_renato-gilioli. Acesso em: 10 nov. 2019.

HERINGER, R.; HONORATO, G. de S. Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da UFRJ. In: BARBOSA, M.L. (Org.). **Ensino Superior: expansão e democratização.** Rio de Janeiro, Brasil: 7 Letras, 2014.

HERINGER, R. (Org.) **Educação Superior no Brasil contemporâneo.** Estudos sobre acesso, democratização e desigualdades. Rio de Janeiro: Ed. FE-UFRJ, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Evolução da Educação Superior: Graduação 1991/2007.** Brasília: INEP. 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acesso em: 20 out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Metodologia de Cálculo dos Indicadores de Fluxo da Educação Superior.** Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília, Distrito Federal, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2017/metodologia_indicadores_trajetoria_curso.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

MAGALHÃES, R. P. de; MENEZES, S. C. de. Ação afirmativa na UFRJ: implantação de uma política e dilemas da permanência. In: HERINGER, R. **Democratização da Educação Superior no Brasil Novas Dinâmicas, Dilemas e Aprendizados.** Cadernos do GEA, n.7, jan./jun. Rio de Janeiro: Flacso, p. 46-49. 2015.

MAGALHÃES, R. P.; MENEZES, S. C. Ação Afirmativa na UFRJ: A Implantação de uma política e os dilemas da permanência. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 32, p.59-74, 2014.

MENDES, J.M.; CAETANO, A.; FERREIRA, J.M.C. (Orgs.) **Sucesso e abandono no ensino superior em Portugal.** Coimbra, Portugal: Almedina, 2016.

MENDES JUNIOR, A. A. F. **Três ensaios sobre ações afirmativas no ensino superior brasileiro:** acesso, progressão e simulações de diferentes políticas de cotas para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/Monografia-Alvaro_Mendes.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.

MENDES JUNIOR, A. A. F. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 31-56, jan./mar. 2014.

MOROSINI, M. C.; CASARTELLI, A. O.; SILVA, A. C. B.; SANTOS, B. S.; SCHMITT, R. E.; GESSINGER, R. M. **A evasão na educação superior no Brasil**: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Faculdade de Educação – FACED, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/8762>. Acesso em: 11 nov. 2019.

OLIVEIRA, A.J.B.; MAGALHÃES, R. P. Movimentos sociais e ações afirmativas na educação superior brasileira: uma perspectiva de ampliação da cidadania na gestão universitária. In: XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 15, 2014, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis, 2014. p.1-10.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v.61, n. 1, p. 29-51, 2007.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, out. 2012.

RIOS, Rafaela, **Análise do plano de permanência de estudantes da universidade federal do pampa**. 2016. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Administração, 2016.

RISTOFF, D. **Evasão**: Exclusão ou Mobilidade. Santa Catarina, UFSC, 1995.

SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE, A. J. M. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estud. Econ**. v.40 n.4. São Paulo. Out./dez. 2010.

SANTOS, G.G., VASCONCELOS, L.; SAMPAIO, S.M.R. (Org.) **Observatório da vida estudantil. Dez anos de estudos sobre a vida e cultura universitária**: percurso e novas perspectivas. Salvador: Ed. UFBA, 2017.

SANTOS JR, J. S. **Trajectoria acadêmica de estudantes de graduação: evasão, permanência e conclusão de cursos na Universidade Federal da Grande Dourados**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Educação. Dourados, 2016. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/JOSE%20DA%20SILVA%20SANTOS%20JUNIOR.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/Monografia-Alvaro_Mendes.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.

SILVA, G. M. O Debate Sobre Ações Afirmativas No Ensino Superior No Brasil e na África do Sul. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 5-7, jan./jun. 2015.

SILVA FILHO; LOBO; ROBERTO, L. H.; OSCAR, L.; MARIA, B. C. M.; MOTEJUNAS, P. R. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, set/dez. 2009. Disponível em: <http://goo.gl/k4ciUF>. Acesso em: 04 dez. 2016.

SOARES, L. da G. Desafios dos Alunos de classes menos favorecidas para ingressar e permanecer na Universidade **Revista Extensão & Cidadania**. v. 2 n. 4, jul./dez. 2014.

SOUZA, A. C.; BRANDALISE, M. A. T. Avaliação da política de cotas da UEPG: desvelando o direito à igualdade e à diferença. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 415-438, jul. 2016.